

CONTEÚDOS COMUNICACIONAIS E MIDIÁTICOS EM DESASTRES CLIMÁTICOS E SEU IMPACTO EM PESSOAS SURDAS

Victória Böes Bauermann, Jacinta Sidegum Renner, Rejane Bonadimann Minuzzi, Marcos Antônio Oliveira, Veridiana dos Santos Kolling, Geovana Luiza Erig, Leticia Tonial Fernandes Albineli, Daiana Rodrigues, Andressa Bassani, Júlio Cesar Ramos.



<https://doi.org/10.36557/2674-9432.2026v5n1p774-788>

Artigo recebido em 27 de Novembro e publicado em 27 de Janeiro de 2026

REVISÃO DE LITERATURA

RESUMO

Recentes ocorrências como as enchentes no Rio Grande do Sul intensificaram debates sobre desastres climáticos, cuja iminência já era alertada há décadas por especialistas. Nesse contexto, há uma disseminação constante de conteúdos através das mídias digitais, com informações muitas vezes incompletas ou sem comprovação, além de recorrente ausência de acessibilidade comunicacional para pessoas surdas, mesmo com legislações para garantia desse direito. Este estudo objetivou analisar os fatores de risco gerados pela distribuição dos diferentes tipos de conteúdos sobre desastres, sem a mediação da acessibilidade comunicacional, bem como os possíveis impactos emocionais dessa comunicação à população surda. Foi realizada uma revisão narrativa da literatura a partir de autores de referência nas temáticas de desastres, tecnologia digital e acessibilidade. Os resultados indicaram a falta de legendas adequadas e, especialmente, de intérprete de LIBRAS, o aprisionamento às “bolhas de filtro” geradas pelos algoritmos, que, aliadas a funcionalidades como o “feed infinito”, podem ocasionar a prolongação de sentimentos de angústia e desamparo ao buscar complementar informações, bem como a sensação de que desastres são mais presentes do que de fato ocorrem. Nota-se que o capacitismo, preconceito relacionado às pessoas com deficiência, atualiza-se na temática ambiental, sendo imperativa a fiscalização para garantia do direito à acessibilidade, participação das pessoas surdas nos fóruns de debate sobre desastres climáticos e maior conhecimento sobre as especificidades da cultura surda pelos produtores de conteúdo de entretenimento, notícias e alertas. Indica-se o aprofundamento de pesquisas na área com a participação de pessoas surdas, reforçando o protagonismo e ressignificação de narrativas.

Palavras-chave: Pessoas surdas, desastres climáticos, mídias digitais, acessibilidade comunicacional, impactos.

COMMUNICATION AND MEDIA CONTENT IN CLIMATE DISASTERS AND THEIR IMPACT ON DEAF PEOPLE

ABSTRACT

Recent events such as the floods in Rio Grande do Sul have intensified debates about climate disasters, which imminence had been warned for decades by experts. In this context, there is a constant dissemination of content through digital media, often with incomplete or unverified information, as well as a recurring lack of communication accessibility for deaf people, even with legislation guarantees. This study aimed to analyze the risk factors generated by the distribution of different types of content about disasters, without the mediation of communication accessibility, as well as the possible emotional impacts of this communication on the deaf population. A narrative literature review was conducted based on reference authors in the areas of disasters, digital technology, and accessibility. The results indicated a lack of adequate subtitles and, especially, the absence of sign language interpreters, as well as entrapment within the "filter bubbles" generated by algorithms. These elements, combined with features like "infinite feeds", can extend feelings of anguish and helplessness when seeking additional information, and create the perception that disasters are more prevalent than they actually are. It is noted that ableism, the prejudice related to people with disabilities, is updated on environmental issues, making it imperative to enforce legal oversight to guarantee the right to accessibility, the deaf people participation in forums discussing climate disasters, and greater knowledge about the specificities of deaf culture among producers of entertainment, news, and alert content. Further research in this area is recommended, with the participation of deaf people, reinforcing their protagonism and enabling new meaning to narratives.

Keywords: Deaf people, climate disasters, digital media, communication accessibility, impacts.

Instituição afiliada – Universidade Feevale

Autor correspondente: *Victória Böes Bauermann*

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



INTRODUÇÃO

Após as enchentes que abrangeram parte significativa do território do estado do Rio Grande do Sul em 2024 (ANA, 2025), a iminência de desastres climáticos que já vinha sendo estudada e alertada por especialistas há muitas décadas (IPCC, 2023) passou a trazer maior visibilidade para debates sobre a temática, ao mobilizar ações e recursos públicos e privados. Este cenário é acompanhado por uma realidade tecnológica que possibilita a disseminação constante de informações muitas vezes incompletas, desconexas, e mesmo fabricadas, como as “fake news¹” (Silva; Américo, 2025). Essa disseminação é gerenciada por algoritmos que, segundo a Secretaria da Comunicação Social (SECOM, 2025) baseiam-se no tratamento de dados do usuário, analisando o que foi acessado anteriormente, ou que esteja mais propenso a acessar, para selecionar os conteúdos de modo personalizado em redes sociais, e-commerce, serviços de streamings, e sendo assim restringindo a diversidade de informações e vieses direcionados ao usuário.

Quando pensado sobre esta restrição, é essencial ter em mente os conceitos de igualdade e equidade. Conforme Moragas (2022), a igualdade considera o universal, ou seja, delimita “que todos devem ser regidos pelas mesmas regras e devem ter os mesmos direitos e deveres” enquanto a equidade “reconhece que não somos todos iguais e que é preciso ajustar esse ‘desequilíbrio’”. Desse modo, o impacto de tais restrições no direcionamento dos conteúdos, e com enfoque sobre os relacionados a desastres climáticos, não será o mesmo em todos os usuários, tendo em vista a existência de populações vulnerabilizadas socialmente. No Brasil, segundo os dados preliminares do Censo Demográfico de 2022 (Brasil, 2025a), há 14,4 milhões de Pessoas com Deficiência - 7,3% da população a partir de 2 anos de idade, considerando o conceito de pessoa com deficiência conforme o Art. 2º da Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015) como “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma

¹ Notícia falsa, em inglês. Informação falsa, imprecisa ou enganosa, frequentemente disseminada como se fosse verdadeira nas redes sociais, com objetivo de confundir e manipular pessoas (Brasil, 2025b).

ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

O censo de 2022 apontou que 2,6 milhões de pessoas brasileiras apresentam deficiência auditiva em algum grau (IBGE, 2025), sendo importante sinalizar que este levantamento preliminar considera as limitações em coletar dados precisos sobre as pessoas com deficiência, mesmo com as evoluções metodológicas em relação aos censos anteriores. Uma das limitações necessárias de esclarecimento é que nem toda pessoa com deficiência auditiva é considerada uma pessoa surda, pois esta relaciona-se a uma identidade cultural baseada na visualidade, com uma língua de sinais estruturada com complexidade e regras próprias, valores e crenças, utilizando-se da criação e arte e com coletivos militantes de sua comunidade que é composta por surdos e ouvintes (Brasil, 2018; Bisol; Valentini, 2024). Além disso, conforme reforçado no “Manual orientativo para uma atuação anticapacitista na Psicologia” (CFP, 2025), “algumas identidades da comunidade surda não se consideram pessoas com deficiência, pois entendem a surdez como uma identidade cultural e linguística distinta, com formas próprias de ser, viver e se expressar.”.

Essa compreensão ainda é pouco difundida e, sendo assim, permeada por processos de exclusão social, que podem desencadear problemas de ordem emocional e psicológica em pessoas surdas que se deparam ao longo da vida com barreiras comunicacionais e interacionais, temática ainda escassa de pesquisas acadêmicas (Costa *et al.*, 2020). Ao analisar o acesso das pessoas surdas brasileiras aos conteúdos sobre desastres climáticos, é essencial ter em vista que se trata de uma população que conta com a visualidade em razão da perda auditiva parcial ou total, considerando a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como principal língua em sua expressão cultural, e esta apresenta estrutura gramatical diversa a da Língua Portuguesa (Brasil, 2002; 2005). Sendo assim, pode haver dificuldade de acesso a informação veiculada pelas redes sociais de modo coeso e integral, quando esta diversidade não é considerada. Apresenta-se então a questão: quais os riscos da exposição excessiva a conteúdos sobre desastres climáticos para a saúde mental das pessoas surdas?

Nesse ínterim, este artigo tem por objetivo analisar os fatores de risco gerados pela distribuição dos diferentes tipos de conteúdos sobre desastres, sem a mediação da

acessibilidade comunicacional, bem como os possíveis impactos emocionais dessa comunicação à população surda.

METODOLOGIA

Em termos metodológicos, a pesquisa se configura como uma revisão narrativa da literatura, caracterizada por Cordeiro *et al.* (2007) como de maior abertura temática e ausência de protocolo rígido, com seleção das fontes de modo subjetivo conforme sua relevância para a discussão. A seleção das fontes considerou o aumento do consumo de informações em redes sociais a partir da pandemia da Covid-19 (Gomes, 2022), em que a tecnologia digital se tornou mais evidente, além de contar com a contribuição de autores renomados na temática da pessoa com deficiência e desastres climáticos. Considerando estes critérios de partida, os principais autores que nortearam esta revisão narrativa foram Cruz, Kieling e Almeida (2022), Castro Júnior *et al.* (2024), Pereira e Lucas (2024), Sá (2024), Cassol, Wazlawick e Schumacher (2024), Farias (2020), Moura *et al.* (2024), Lobo e Vieira (2019), Ferst *et al.* (2024) e Sasaki (2007).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para melhor compreender o impacto da exposição excessiva e, muitas vezes, incompleta pelas limitações comunicacionais, foram revisados alguns estudos sobre a acessibilidade da população surda a conteúdos digitais. Cruz, Kieling e Almeida (2022), ao analisar esta acessibilidade a conteúdos no Instagram, indicam uma facilidade maior aos surdos bilíngues (alfabetizados em ambas as línguas mencionadas anteriormente) pelo fato de as legendas serem mais presentes do que uso de intérprete de LIBRAS. Ainda assim, identificam que nem sempre o recurso das legendas está disponível, apesar de já haver legislações vigentes que determinam a obrigatoriedade, e a iniciativa fica, em geral, dependente dos criadores do conteúdo, muitas vezes desconhecedores da cultura surda. Castro Júnior *et al.* (2024), ao analisar o papel dos algoritmos na promoção de inclusão das pessoas surdas, especialmente no Facebook, identifica que as transcrições feitas pela legendagem automática nem sempre são precisas, podendo

haver distorções da informação original. Este estudo também aponta que, ao distribuir os conteúdos, os algoritmos costumam se basear na identificação de palavras-chave, desfavorecendo, assim, as informações transmitidas pela comunicação visual, como a Língua de Sinais, em comparação com as de áudio ou por escrito.

Esta ação dos algoritmos passa a limitar o usuário a “bolhas de filtro”, que restringem as temáticas dos conteúdos que aparecem para visualização, de fontes muitas vezes sem a credibilidade necessária, considerando que, na atualidade, qualquer pessoa pode compartilhar nas redes sociais (Castro Júnior *et al.*, 2024). Ao analisar a veiculação desenfreada de conteúdos sensacionalistas e apelativos à emoção durante o período das enchentes no Rio Grande do Sul em 2024, Pereira e Lucas (2024) apontam para uma prolongação de sentimentos de pânico, desesperança e revolta. Ressaltam, também, que indivíduos com menores recursos disponíveis para discernimento entre informações falsas e verídicas tendem a ser as vítimas mais frequentes da desinformação ocultada pelas restrições ocasionadas pelas “bolhas de filtro”. Assim, a angústia despertada por situações de desastre que conduz a uma busca por complementar a informação recebida (ainda mais incompleta para quem conta apenas com a comunicação visual, como mencionado) treinando então os algoritmos a apresentar cada vez mais reportagens ou ficções contendo esse tipo de conteúdo e, com isso, limitar o usuário a exposição dessa “bolha”.

Neste contexto das redes sociais, Sá (2024) pontua como muitas delas apresentam a funcionalidade do “*feed* infinito” - em que o indivíduo acessa a rede e pode ir passando de publicação em publicação sem nunca chegar a um fim - o que além de prolongar o tempo de uso e distorção da percepção de realidade, também pode promover ansiedade e dependência, que tende a ser ainda mais fortalecida por temáticas de alto impacto emocional, como se caracterizam as situações de desastres climáticos. Esse excesso e enviesamento também podem conduzir à fantasia de que tais tragédias são mais frequentes do que de fato são, e, sem a mediação da LIBRAS para esclarecimentos às pessoas surdas, intensificar e prolongar ainda mais os sentimentos identificados pelos estudos citados, o que mostra como essencial instruir as pessoas surdas referente a essa tendência do algoritmo e sobre as taxas reais de riscos de desastres. Esse cuidado também é essencial ao aconselhar-se, tirar dúvidas ou confirmar dados através da interação com Inteligências Artificiais generativas de *prompt*, como

“Gemini” ou “GPT”, considerando que para responder a estas solicitações as ferramentas podem se “alimentar” de equívocos publicados na Internet, bem como opinar ou ainda “alucinar” situações que não condizem com a realidade (Cassol; Wazlawick; Schumacher, 2024).

Em sua tese relacionando Educação ambiental e Psicanálise, Ana Lizete Farias (2020) discorre sobre os sofrimentos ocasionados pela injustiça socioambiental. A Psicanálise busca olhar para além da atuação clínica e compreender nas formas de laço social e pertencimento as causas do sofrimento humano. Ao explorarmos a ideia de narcisismo a partir de Freud ([1920-1923], 2011a, *apud* Farias, 2020), apresenta-se no encontro com a diferença uma dificuldade de reconhecimento e simbolização que confere um grau de intolerância e hostilidade, e que pode gerar formas de violência contra aqueles que não representam as percepções de padrão de igualdade estabelecidos por determinados grupos. A ideia de civilização pauta-se em sustentar uma ideia de ordem, silenciando inquietações, e a crise ambiental aparece como forma de desvelar essa mentira, evidenciando a impossibilidade de satisfação contínua fantasiada pelo discurso capitalista, bem como de que o desenvolvimento econômico e tecnológico viria a sanar os problemas da humanidade.

Mediante desastres climáticos, as desigualdades que a manutenção da ordem e dos padrões buscam ocultar intensificam-se, há um encontro com o desamparo, e a condução pós-desastres, na tentativa da retomada desses ideais, pode agravar as perdas já vivenciadas pela tragédia, como da identidade cultural e territorial. Desse modo, indivíduos excluídos do discurso social, exemplificados na tese pelas populações marginalizados em regiões de constantes desastres, extrema pobreza, mas que também podem ser relacionados aqui a pessoas surdas, experienciam uma melancolia, exposição ao vazio, que se traduz no campo social frente à crise climática em sentimentos de impotência, alienação à participação na vida política, que intensifica a incredulidade de poderem ser inseridas nesse espaço. Geram então estados de apatia, solidão, que levam o sujeito a uma retirada dessa ativa participação social como uma espécie de proteção para a sobrevivência psíquica (Rosa, 2016 *apud* Farias, 2020).

Percebe-se então a presença de uma falta/incompletude inerente, de preenchimento impossível e impraticável frente ao esgotamento dos recursos disponíveis. Em paralelo a isso, a fim de autorizar o sujeito a seguir gozando em um

consumismo desenfreado, intensifica-se o discurso “verde”, que sequestra os ideais de preservação do meio-ambiente ao estimular comprar ou vincular-se às empresas ranqueadas como mais ecologicamente corretas ou amigáveis. Ocorre então uma sustentação frágil de que tais iniciativas individuais (que muitas vezes nem são de fato mantidas em prática) reduziram o impacto na destruição socioambiental. Relacionando essas análises metapsicológicas à Educação Ambiental, Farias (2020) sinaliza a mesma falha ao se pautar em discursos de igualdade – e não de equidade, conceitos apresentados na introdução deste trabalho - ao esquecer dessas estruturas que mantêm populações em regimes de vulnerabilidade e exclusão.

Revisando trabalhos realizados por psicanalistas com populações retiradas de seu território após desastres climáticos, a autora da tese mostra como alternativa possível, produzir dispositivos de escuta, trazer essas pessoas para a narrativa possibilitando ressignificar a sua posição e potência. Isso pode ser pensado em relação às pessoas surdas e conteúdos sobre desastres, reforçando a educação ambiental destas ao trazê-las para uma participação ativa que dê “voz” - ou sinais - às suas histórias e afetos.

Considerando estes aspectos e a importância das redes sociais para os alertas de risco frente a desastres, pois na atualidade o seu alcance ultrapassa o dos meios televisivos, faz-se necessária a constante revisão e planejamento da Defesa Civil para comunicações por estes canais, sendo essencial conhecer os públicos-alvo em suas especificidades para que a conscientização ocorra de modo efetivo e impactante na prevenção (Moura *et al.*, 2024). Com esse intuito foi desenvolvido o trabalho de Lobo e Vieira (2019) referente aos alertas de emergência enviados em massa por meios como SMS e Notificações *Push*, que propôs a adaptação dessas mensagens incluindo como componente um Tradutor de Mensagem (TM) para LIBRAS. Foram realizadas entrevistas com intérpretes para elaboração desta proposta, nas quais foi feita a recomendação de que, no caso de o alerta ser enviado somente por texto, que seja de modo curto e direto, para facilitar a compreensão dos surdos bilíngues. Com esse entendimento mais rápido, além da ação de prevenção ser antecipada, também há de se pensar na diminuição da angústia ampliada por dúvidas em uma situação de risco de vida. A mesma lógica pode ser atribuída à produção de conteúdos escritos informativos sobre desastres, e inclusive nos em áudio, pela possível redução das distorções de legendagem automática

observadas por Castro Júnior *et al.* (2024).

Ao refletir sobre o impacto da exposição a conteúdos sobre desastres climáticos, sejam eles voltados à prevenção, alerta, notícias, sensacionalismo, entretenimento, é necessário ter em vista o Capacitismo Ambiental. Considera-se capacitismo a discriminação a pessoas com deficiência, barreiras atitudinais que as tratam como incapazes, ocasionando a exclusão/segregação. Na temática ambiental, isso se atualiza tanto frente a ações em nome da sustentabilidade que não consideram as necessidades específicas de pessoas com deficiência, como ao não inseri-las nas definições de pautas e iniciativas (Ferst *et al.*, 2024). As reflexões desses autores reforçam, em conformidade com as questões debatidas anteriormente neste artigo e o lema do ativismo da Pessoa com Deficiência: “Nada sobre nós, sem nós” (Sassaki, 2007), a essencialidade da participação das pessoas surdas, contando com devida acessibilidade, nos fóruns de discussão sobre mudanças temáticas.

CONCLUSÕES

A partir do contexto abordado nesta revisão da literatura, foi possível identificar riscos da exposição excessiva a conteúdos de desastres à saúde mental de pessoas surdas, que se intensificam pela insuficiência de recursos para seu acesso e medicação e, ao não as incluir nos debates para definições de ações e formas de educação ambiental. Entre eles, a ampliação do sentimento de angústia frente a incompletude ou distorção das informações, sem os recursos de acessibilidade comunicacional necessários para sua compreensão e conferência de veracidade; a prolongação e aprofundamento do sentimento de desesperança e revolta ao ser “aprisionado” às mesmas temáticas de conteúdos pelas “bolhas de filtro” dos algoritmos; bem como, a intensificação do sentimento de isolamento ao não se perceberem incluídos no direcionamento e na construção das informações sobre desastres.

Também pôde-se observar que o capacitismo se atualiza na temática ambiental, sendo importante esclarecer que, neste estudo, quando se menciona a vulnerabilidade das pessoas surdas e a relaciona com a desinformação nas redes, não é no intuito de questionar a sua capacidade para julgar ou analisar as informações, mas para apontar

que estas não chegam de modo claro, efetivo e acessível a esta população. Embora já exista o aporte legal que determina a obrigatoriedade da acessibilidade comunicacional aos conteúdos para pessoas surdas, estas legislações não se apresentam efetivadas na prática e são pouco conhecidas pelos produtores de conteúdo. É reforçada a urgência da fiscalização e exigência de responsabilização para que os alertas, notícias e análises sobre desastres sejam devidamente adaptados às necessidades desta população.

Além disso, mostra-se significativo dar espaço e acolhimento aos relatos dos sujeitos afetados pelos desastres climáticos para a ressignificação de experiências, a reconstrução de narrativas com os que as protagonizam, e para trazer visibilidade e participação política para as populações vulnerabilizadas socialmente. Assim, identifica-se a necessidade de pesquisas sobre a temática que contem com a participação da população surda, permitindo aprofundar a sua percepção sobre os impactos sinalizados.

REFERÊNCIAS

Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA). Estudo aponta que enchentes de 2024 foram maior desastre natural da história do RS e sugere caminhos para futuro com eventos extremos mais frequentes. Brasília, DF: ANA, 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/noticias-e-eventos/noticias/estudo-aponta-que-enchentes-de-2024-foram-maior-desastre-natural-da-historia-do-rs-e-sugere-caminhos-para-futuro-com-eventos-extremos-mais-frequentes>>. Acesso em: 2 set. 2025.

BISOL, Cláudia. A., VALENTINI, Carla. B. Cultura Surda. **Projeto Incluir – UCS/FAPERGS**, 2011. Revisado e atualizado em 2024. Disponível em: <<https://proincluir.org/surdez/cultura-surda/27-9-2025>>. Acesso em: 27 set. 2025.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília: 22 dez. 2005. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 02 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Brasília: 24 abr. 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>. Acesso em: 02 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 26 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Federal da Paraíba (IFPB). O que é cultura surda?. João Pessoa: IFPB, 25 out. 2018. Disponível em: <<https://www.ifpb.edu.br/assuntos/fique-por-dentro/o-que-e-cultura-surda>>. Acesso em: 27 set. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). Pela primeira vez, IBGE divulga dados sobre pessoas com deficiência no Brasil. Brasília, DF: MDHC, 20 maio 2025a. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2025/maio/pela-primeira-vez-ibge-divulga-dados-sobre-pessoas-com-deficiencia-no-brasil>>. Acesso em: 27 set. 2025.

BRASIL. Senado Federal. Item do Glossário: Fake News. Brasília, DF: Manual de Comunicação da Secom, 2025b. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/glossario/fake-news>>. Acesso em: 05 dez. 2025.

CASSOL, Luciano; WAZLAWICK, Patricia; SCHUMACHER, Vitor Eduardo. IA Generativa de Prompt: Explorando Algoritmos, Aplicações e Distorções Sobre o Conceito de Ontopsicologia. **Atos do VI Congresso Internacional de Ontopsicologia e Desenvolvimento Humano**, Restinga Sêca, v. 01, n. 01, p. 326-340, set. 2024. Disponível em: <<https://ciodh.emnuvens.com.br/atos/article/view/894/686>>. Acesso em: 05 set. 2025.

CASTRO JÚNIOR, Gláucio; PROMETI, Daniela; SANTANA, Neemias Gomes; FRANCISCO, Gildete da S. Amorim Mendes. Explorando a interseção entre algoritmos, redes sociais



e inclusão da pessoa Surda. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 01, p. 01-25, ago. 2024. Disponível em: <<https://revista.ibict.br/liinc/article/view/7024/6842>>. Acesso em: 05 set. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Manual orientativo para uma atuação anticapacitista na Psicologia**. Brasília, 2025. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2025/10/Manual_Anticapacitista_web.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2025.

CORDEIRO, Alexander Magno; OLIVEIRA, Glória Maria de; RENTERÍA, Juan Miguel; GUIMARÃES, Carlos Alberto. Revisão Sistemática: Uma Revisão Narrativa. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, [S.L.], v. 34, n. 06, p. 428-431, dez. 2007.

COSTA, Juliana Sousa da; BRITO, Maria Durciane Oliveira; MIRANDA, Leonardo Santos; COSTA, Hérica Tanhara Souza da; CARVALHO, Maria Clara de Assis; SEREJO, Meiriany Gomes. Exclusão Social da Pessoa Surda: Possíveis Impactos Psicológicos. **Revista Psicologia & Saberes**, [S.L.], v. 09, n. 19, p. 86-97, jun. 2020. Disponível em: <<https://revistas.cesmac.edu.br/psicologia/article/view/1255/991>>. Acesso em: 28 set. 2025.

CRUZ, Ana Paula Gomes da; KIELING, Ana Paula; ALMEIDA, Matheus Lucas de. Análise da acessibilidade em conteúdos produzidos no Instagram pela perspectiva de usuários surdos. **Revista Expectativa**, Toledo, v. 21, n. 04, p. 23-39, out./dez. 2022. Disponível em: <<https://saber.unioeste.br/index.php/expectativa/article/view/29680/21473>>. Acesso em: 04 set. 2025.

FARIAS, Ana Lizete. **O Mal-Estar da Crise Ambiental**: uma contribuição da psicanálise à educação ambiental. 2020. 161 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: <<https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/68797/R%20-%20T%20-%20ANA%20LIZETE%20FARIAS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 nov. 2025.

FERST, Marklea da Cunha; NOGUEIRA, Sâmara Christina Souza; MIRANDA, Sarah Clarimar Ribeiro de; MELO, Sandro Nahmias. Capacitismo Ambiental: A (In)Justiça Climática e a Pessoa com Deficiência. **Revista PPC – Políticas Públicas e Cidades**, Curitiba, v. 13, n. 02, p. 01-17, ago. 2024. Disponível em:

<<https://journalppc.com/RPPC/article/view/891/480>>. Acesso em: 06 set. 2025.

GOMES, Liliana Isabel Esteves. Transformação digital e Inteligência Artificial nos serviços de informação: inovação e perspectivas para a Ciência da Informação no mundo pós-pandemia. **Revista Ibero-Americana De Ciência Da Informação**, v. 15, n. 01, p. 148–166, jun. 2022. Disponível em:

<<https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/41490/33452>>. Acesso em: 05 jan. 2026.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Censo 2022: Brasil tem 14,4 milhões de pessoas com deficiência. Agência IBGE Notícias, 2025. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43463-censo-2022-brasil-tem-14-4-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia>>. Acesso em: 26 set. 2025.

IPCC. **Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability**. Working Group II Contribution to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge: Cambridge University Press, 2023.

LOBO, Jaziel Souza; VIEIRA, Vaninha. MyPersonalEWS: uma abordagem colaborativa para alertar surdos, cegos e analfabetos sobre desastres. **Anais do XV Simpósio Brasileiro de Sistemas Colaborativos (Sbsc 2019)**, [S.L.], v. 01, n. 01, p. 86-91, out. 2019. Sociedade Brasileira de Computação - SBC. Disponível em: <<https://sol.sbc.org.br/index.php/sbsc/article/view/7812/7686>>. Acesso em: 06 set. 2025.

MOURA, Roque Antônio de; MONTEIRO, Vera Lúcia; GALVÃO JÚNIOR, Lourival da Cruz; OLIVEIRA, Márcia Regina de; SILVA, Messias Borges. Logística Humanitária: Tecnologias Digitais de Comunicação na Gestão de Riscos de Desastres. **Latin American Journal of Business Management**, Taubaté, v. 15, n. 01, p. 140-156, jan./jun. 2024. Disponível em: <<https://www.lajbm.com.br/journal/article/view/775/387>>. Acesso em: 05 set. 2025.

PEREIRA, Gustavo Teixeira de Faria; LUCAS, Marcello Kochhann. Informação, desinformação e infodemia: análise de conteúdos divulgados sobre as enchentes no Rio Grande do Sul em 2024. **Revista Comunicação Midiática**, Bauru, v. 19, n. 01, p. 54-76, jan./jun. 2024. Disponível em: <<https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/621/522>>. Acesso em: 05 set. 2025.

SÁ, Maria Eduarda de. **Reféns do Feed Infinito: Algoritmo, Distorção da Temporalidade e Saúde Mental**. 2024. 61 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Sistemas da Informação) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Ceres, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/bitstream/prefix/4985/1/tcc_Maria_Eduarda_De_S%c3%a1.pdf1>. Acesso em: 05 set. 2025.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Nada sobre nós, sem nós: Da integração à inclusão – Parte 2. **Revista Nacional de Reabilitação**, [S.L], ano X, n. 58, set./out. 2007, p. 20-30.

Secretaria de Comunicação Social (SECOM). Algoritmos de recomendação. Brasília, DF: SECOM, 2025. Disponível em: <<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/uso-de-telas-por-criancas-e-adolescentes/guia/recursos-extras/algoritmos-de-recomendacao>>. Acesso em: 2 set. 2025.

SILVA, Leandro Sebastian Pereira da; AMÉRICO, Marcos. Algoritmos: a fábrica de fake news e a engenharia da desinformação. **Revista Caderno Pedagógico**, – Studies Publicações e Editora Ltda., Curitiba, v. 22, n. 01, p. 01-22, jan. 2025. Disponível em: <<https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/13803/7774>>. Acesso em: 02 set. 2025.